

Comissão aprova cota para carentes na universidade

O acesso às universidades públicas poderá ser facilitado aos alunos que cursarem todo o ensino médio na rede pública. Além de acolher projeto que estabelece cotas para esses estudantes, a Comissão de Justiça aprovou ontem diversas propostas, como a que garante atendimento prioritário aos idosos



SUBSÍDIO Proposta que cria o estado do Planalto Central, de autoria do então senador Francisco Escórcio (de costas, ao lado de Edison Lobão), foi tema de audiência pública promovida ontem pela CCJ

Páginas 3 e 4

Senadores devem votar MPs para desobstruir pauta

Transferida por falta de acordo, pauta do Senado pode ser desobstruída hoje com a votação de três medidas provisórias.

Página 2

Senado doa livros em braile para entidades gaúchas

Livros em braile editados pelo Senado foram doados ontem a entidades que apóiam deficientes visuais do Rio Grande do Sul.

Página 8



REPERCUSSÃO Senadores analisam resultados e desdobramentos das eleições municipais

Balanço das eleições domina os debates no Plenário

O Plenário iniciou ontem o debate sobre os resultados das eleições municipais de 2004. Oposição e situação fizeram balanço das perdas e ganhos partidários, prometendo aprofundar as discussões nos próximos dias. Do PSDB ao PT, do PFL ao PMDB, as análises em torno das manifestações das urnas foram além dos limites municipais, para projetarem reflexos sobre a política nacional. Senadores destacaram “recados” do eleitorado aos políticos, em especial ao governo federal.

Páginas 5 a 7



ATUALIZAÇÃO Valmir Amaral sugere substituição do ramo de fumo por planta da cana-de-açúcar

Armas Nacionais poderão ter um novo símbolo

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto, que já está na Comissão de Educação (CE), visando substituir o símbolo do ramo de fumo florido das Armas Nacionais pela planta da cana-de-açúcar. Atualmente, o ramo de fumo é figurado ao lado de um ramo de café, que, de acordo com o projeto de Valmir Amaral, não seria retirado. A matéria (PLS 291/04) ainda será apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Valmir Amaral disse que o papel que o fumo assumiu na economia é inegável. Entretanto, seu consumo acarreta inúmeros malefícios à saúde. A nicotina, princípio ativo do tabaco, leva à dependência química; o monóxido de carbono produzido pela queima provoca doenças cardiovasculares e pulmonares; e o alcatrão é comprovadamente cancerígeno, enumerou.

O senador lembrou que o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, produto que, além de decisivo papel na formação histórica nacional, é elemento básico na vida cotidiana dos brasileiros.

Sem acordo das lideranças, pauta do Senado é transferida para hoje

■ Se o Plenário votar as MPs, primeiro projeto a ser apreciado garante acesso popular a orçamento via Internet

Sem acordo de líderes partidários para a votação de medidas provisórias (MPs), a pauta, obstruída, foi transferida para hoje. As primeiras matérias a serem apreciadas são as MPs 193/04 e 194/04, que tratam de fomento à exportação e de repasse de recursos a estados, Distrito Federal e municípios, como compensação por perdas com a isenção, nas exportações, do Imposto sobre Circu-

lação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O Projeto de Lei de Conversão 45/04, que altera a MP 195/04, também tranca a pauta. Ele determina que os novos aparelhos de televisão devem sair das fábricas com dispositivo eletrônico capaz de bloquear previamente a recepção de programas. O objetivo é dar aos pais poder de impedir que seus filhos vejam programas que considerem inadequados.

Se forem votadas as medidas provisórias, o primeiro item a ser apreciado é o projeto de lei (PLS 130/03), de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), que garante o acesso da população aos orçamentos da

União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Pela proposta, os governos deverão colocar na Internet todas as informações detalhadas e claras sobre a elaboração e execução dos orçamentos.

Entre as emendas constitucionais, a PEC 29/02 prorroga por dez anos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Sem a mudança, o Fundef acabará daqui a dois anos. O Fundef foi criado no governo passado e obriga os estados e municípios a gastarem com o ensino fundamental, no mínimo, 60% de toda a verba que eles têm de destinar à educação

(25% de suas receitas). Quando o gasto por aluno for inferior a um valor fixado pelo presidente da República, a União complementa os estados e municípios nesses gastos.

A PEC 01/03 também pode ser votada e determina que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie. Determina também que os pagamentos de idosos devem ser realizados rapidamente, não entrando em listas de precatórios.

Já a PEC 15/04 exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham sede de municípios, como é o caso de Florianópolis (SC), São Luís (MA) e Vitória (ES).

Agenda

MPs trancam a pauta

Duas medidas provisórias e um projeto de conversão trancam a pauta de votações do Senado, que realiza sessão hoje, às 14h30. As medidas provisórias (MP 193

e 194/04) liberam recursos do Orçamento e autorizam a União a repassar R\$ 900 mil aos estados e municípios, para que eles incentivem as exportações.



Desmanche de automóveis

Começa hoje, às 9h, no auditório do Interlegis, o Simpósio da Comissão Parlamentar de Inquérito do Desmanche. A cerimônia contará com a presença do primeiro-secretário da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e de representantes do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e dos departamentos de trânsito estaduais (Detrans). O evento será encerrado amanhã.

Seguro-desemprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h. Na pauta, emenda apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) ao projeto que aumenta para dez meses o período máximo de percepção do seguro-desemprego.

Reforma política

A reforma política é o tema de dois programas que a TV Senado apresenta hoje. Às 19h30, o assunto é discutido por dois professores da Universidade de Brasília, no *Cidadania*; e, às 20h30, pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), no *Entrevista*.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



UNIVERSAL Proposta de Delcídio reconhece também diplomados em escolas estrangeiras

Arqueólogo pode ter profissão regulamentada

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou projeto para regulamentar a profissão de arqueólogo. A matéria tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLS 274/04) reconhece como arqueólogos os bacharéis em Arqueologia os diplomados por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação e os diplomados em escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem.

Estão incluídos na proposta de regulamentação os pós-graduados por escolas ou cursos equivalentes reconhecidos pelo Ministério da Educação, com área de concentração em Arqueologia, com dissertação de mestrado ou tese de doutorado sobre Arqueologia, e com pelo menos dois anos consecutivos ou dez anos intercalados no exercício de atividades científicas do campo arqueológico.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Comissão quer conhecer investigação em loterias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicita ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o envio de relatório com investigações feitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão daquele ministério, sobre casos suspeitos de lavagem de dinheiro envolvendo as loterias da Caixa Econômica Federal. O relatório do senador Tião Viana (PT-AC) foi pelo atendimento do pedido.

Segundo Alvaro Dias, a Coaf levantou pelo menos 50 casos suspeitos de lavagem de dinheiro, entre eles o de um grupo de 200 pessoas que teriam acertado 9.095 vezes nas loterias da Caixa, entre março de 1996 e fevereiro de 2002.

A CCJ também aprovou requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, remeta informações sobre o empréstimo do Banco Nacional de



INFORMAÇÃO Alvaro Dias pede relatório do Coaf de apuração sobre suspeita de lavagem de dinheiro

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao grupo Rede para a compra da Centrais Elétricas do Pará (Celpa) em 1998. O relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), lido pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), foi favorável ao pedido da senadora.

Outra decisão da comissão negou provimento ao recurso de Ney Suassuna (PMDB-PB), que questionou determinação do presidente do Senado, José Sarney, para arquivar proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 22/03) em que propunha o instituto da prisão perpétua no Brasil. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), explicou que Sarney teve razão quando determinou o arquivamento da matéria, por se tratar de "cláusula pétrea", que só pode ser retirada por nova Constituinte.

de aplauso, também proposto por Virgílio, em reconhecimento ao trabalho da imprensa: à revista *Época* pelo sexto aniversário de sua criação; aos colunistas Miriam Leitão e Ancelmo Góis, do jornal *O Globo*, por terem sido vencedores de prêmios "Comunique-se" de Jornalismo. Foi aprovado também voto de aplauso ao jornalista William Bonner, da TV Globo, pelo Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, conforme requerimento de Arthur Virgílio, José Agripino (PFL-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

A CCJ aprovou ainda requerimento de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, em comemoração a seu aniversário, e ao jornal *Zero Hora*, que completa 40 anos.

Também foi acolhido voto de aplauso proposto por Ideli Salvatti (PT-SC) à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Catarina pela campanha contra corrupção eleitoral e voto de aplauso proposto por Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae). As matérias seguiram para exame do Plenário.



ANIVERSÁRIOS Paulo Paim propõe homenagem ao Grupo RBS e ao jornal *Zero Hora*

Senadores aprovam votos de aplauso

Na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi aprovado requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando voto de aplauso pela inauguração, em São Paulo, do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou requerimentos de voto

Novo estado do Planalto Central na pauta da CCJ

■ Proposta cria unidade federativa formada por cidades-satélites do DF e municípios de Minas Gerais e de Goiás

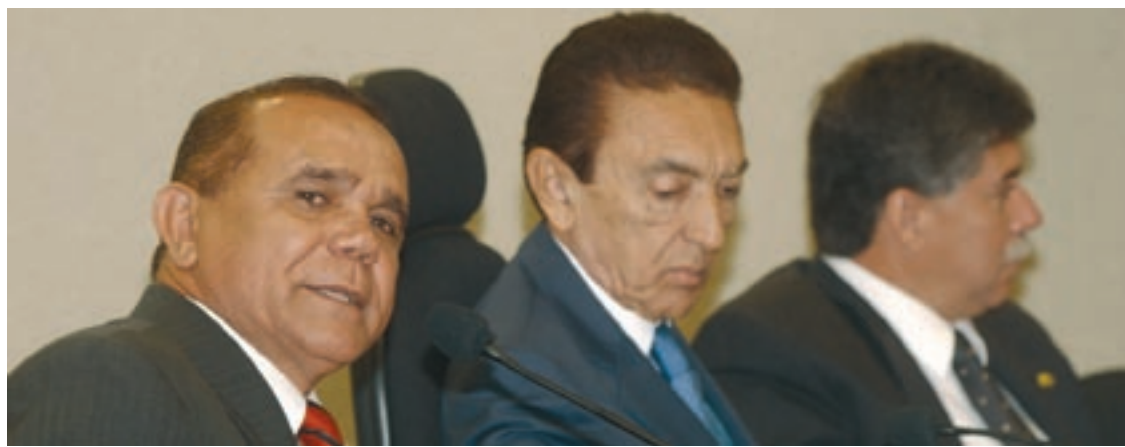
O Brasil poderá ter mais uma unidade federativa: o estado do Planalto Central, que seria localizado em parte da área geográfica do atual Distrito Federal. Caso a proposta venha a ser aprovada, Brasília passaria a ser, exclusivamente, a capital

administrativa do país, com governador nomeado pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado.

A iniciativa é do então senador Francisco Escórcio e começou a ser discutida ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta (PEC 27/02) tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo 298/02, também de autoria do então senador, que convoca plebiscitos em Minas Gerais e Goiás para saber se a popula-

ção deseja a criação da nova unidade. O estado do Planalto Central, se criado, irá absorver quatro municípios mineiros e 25 goianos.

Na primeira audiência promovida pela CCJ, Escórcio disse que a criação do novo estado vai promover o desenvolvimento da região "com a implantação de indústrias modernas e agropecuária vigorosa". Ele ressaltou que Brasília seria preservada como patrimônio da Humanidade, "com qualidade de vida a seus habitantes".



OPINIÃO Francisco Escórcio (à esquerda, ao lado de Lobão e João Ribeiro) sugere plebiscito em Minas Gerais e Goiás

Senadores apóiam debate sobre redivisão territorial

Os senadores presentes à audiência na CCJ insistiram em um ponto: a matéria tem que ser profundamente debatida, a exemplo da criação de outras unidades federativas. Para o senador João Ribeiro (PFL-TO), deve ser constituída uma comissão especial para estudar a redivisão territorial do país, que incluiria também a criação do estado do Planalto Central.

Já o senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou-se "totalmente contrário" à criação do novo estado. Ele observou que "Minas Gerais não abriria mão de um centímetro sequer do seu território para a formação da unidade", que, pela proposta, seria integrada

pelos municípios mineiros de Unaí, Buritis, Formoso e Cabeceira Grande.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) também defendeu uma nova redivisão territorial do país e, com relação à criação do estado do Planalto Central, alertou que "Brasília cumpre muito bem o papel de administrar o país". O parlamentar informou que irá apresentar proposta alternativa à sugerida por Escórcio, de modo a não alterar o quadrilátero onde está localizado o DF.

De acordo com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), não há problema para a criação do estado do Planalto Central, "uma vez que o mérito do pro-

jeto é vantajoso", mas não admite, a exemplo de Hélio Costa, a entrega de parte do território de Minas Gerais. Demostenes Torres (PFL-GO) é da mesma opinião e lembrou que Goiás será o maior prejudicado, já que, pela proposta, terá de ceder 25 municípios. Ele apóia a discussão sobre o redimensionamento territorial.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) também defendem o debate sobre o tema. Para o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), as despesas com a nova unidade devem ser menores que os gastos atuais das administrações das cidades-satélites.

Projeto redefine área do Distrito Federal

O projeto que cria o estado do Planalto Central foi apresentado em 2002, quando Francisco Escórcio era senador. Pela proposta, o novo estado terá 41 municípios, em aproximadamente 75 mil quilômetros quadrados: 12 cidades-satélites do DF, 25 cidades hoje pertencentes a Goiás e quatro municípios de Minas Gerais.

O novo Distrito Federal será formado, de acordo com a proposta, pela Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal, Candangolândia, Guará, Park Way e Paranoá, até a DF-130. A atual Câmara Legislativa do Distrito Federal seria extinta.

Conforme informou Escór-

cio, a população do novo estado elegeria prefeitos e vereadores. O ex-senador afirmou ainda que a viabilidade financeira não representa empecilho ao novo estado, já que a criação da unidade se daria por meio de recursos constitucionais, como os oriundos dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Projeto amplia participação da sociedade no Legislativo

A população poderá apresentar projetos de lei diretamente ao Congresso, por meio de entidades organizadas da sociedade civil, sindicatos e órgãos de classe, com exceção dos partidos políticos. Isso é o que estabelece proposta de emenda à Constituição (PEC 91/03) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC ainda precisa ser apreciada pelo Plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados.

Tourinho esclareceu que a proposta visa tornar regular uma situação que já existe de fato, pois desde maio de 2001, na Câmara, e de dezembro de 2003, no Senado, funcionam comissões de legislação participativa com o objetivo de avaliar sugestões dos cidadãos.

Já o relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), destacou o dinamismo dessa nova modalidade de participação popular no processo legislativo. Atualmente, lembrou, o texto constitucional considera legal que a população apresente uma proposição legislativa, desde que apoiada por 1 milhão de assinaturas, reunidas em pelo menos cinco estados.



DECISÃO Rodolpho Tourinho explica que medida regulamenta situação que já existe de fato



CRITÉRIOS Senadores da CCJ debatem regras que aumentam chance de aluno de escola pública cursar ensino superior

Comissão acolhe cota para carentes em universidade

Projeto beneficia os que estudem na rede pública ou fizerem supletivo mantido pelo governo

O acesso às universidades públicas federais, estaduais e municipais deverá obedecer a critérios que aumentem as chances de os alunos mais carentes cursarem o ensino superior. Projeto de lei nesse sentido, de iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta prevê o estabelecimento de cotas para os alunos que cursaram todo o ensino médio na rede pública ou foram aprovados em exame supletivo oferecido pelo poder público.

Além disso, o projeto (PLS 426/03), que será ainda analisado pela Comissão de Educação (CE), determina que os candidatos a essas vagas só poderão se inscrever em um

único vestibular para ingresso em universidade pública, bem como matricular-se e diplomar-se em apenas um único curso dessas instituições.

Segundo a senadora, o projeto de sua autoria acaba com o chamado turismo do vestibular e estabelece ainda princípios de equidade para investimentos da União.

Cobrança

Depois do apelo de Ideli Salvatti, líder do PT, para que a CCJ votasse a matéria, possibilitando assim que o projeto possa ser debatido na CE pelo ministro da Educação, Tarso Genro, o relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), concordou em retirar a sua emenda que instituiu a cobrança de anuidade nas universidades públicas para os alunos com renda familiar superior a 50 salários mínimos (R\$ 13 mil). Ficou acertado com o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), que Crivella apresentará uma proposta específica.

Demostenes Torres (PFL-GO) chegou a pedir que o limite fos-

se reduzido para 40 salários mínimos (R\$ 10,4 mil). Ideli disse que o debate sobre a cobrança do ensino público superior está posto pela sociedade e incluído na reforma universitária, que seria mais apropriada para essa discussão, na avaliação da senadora. Ela afirmou que teria de votar contra a emenda, que requer debate amplo e profundo, e defendeu a votação do seu projeto, por possuir foco específico.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), além de Demostenes e Crivella, manifestaram-se a favor da cobrança da anuidade dos alunos de famílias com maior poder aquisitivo e lamentaram que o governo esteja adiando a reforma universitária. Mesmo assim, cederam aos apelos de Ideli, reconhecendo a importância do projeto de lei, que institui ainda uma ajuda de custo com recursos federais aos estudantes que comprovarem renda *per capita* familiar mensal no ano anterior inferior ao salário mínimo vigente.

Poupança para aluno é aprovada pela CCJ

A criação da Poupança-Escola, um instrumento de incentivo aos estudantes de famílias carentes beneficiárias do programa Bolsa-Família, teve seus aspectos jurídicos e constitucionais aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, de iniciativa do senador Cristovam Buarque (PT-DF), também autoriza o Executivo a instituir o Fundo de Investimento na Educação Básica (Fieb), destinado a financiar o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica, denominado Poupança-Escola.

A proposta (PLS 60/04), que obteve parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), deve ter seus efeitos financeiros avaliados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o seu mérito, pela Comissão de Educação (CE). A Poupança-Escola, segundo a relatora, propiciará "a acumulação de pecúlio durante os anos em que o beneficiário cursar, com aproveitamento, os ensinos fundamental e médio". O crédito só será depositado, anualmente, em cotas individualizadas e nominais, depois que o beneficiário comprovar o seu desempenho escolar e sua matrícula na série ou no ciclo subsequente.

De acordo com o projeto, a gestão do Fieb caberá ao Ministério da Educação e o agente financeiro será a Caixa Econômica Federal.



Pecúlio é instituído em proposição de Cristovam Buarque

Célio Azeredo

Proposta garante atendimento prioritário aos idosos

Proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que garante atendimento prioritário aos idosos obteve ontem o respaldo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Conforme o relatório favorável do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), os avanços alcançados pelo Estatuto do

Idoso serão reforçados por essa mudança constitucional.

O texto proposto impõe que se ponha o idoso a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ou seja, segue a linha do conteúdo dado ao Estatuto do Idoso – ressalta Cabral em seu relatório, lido pelo senador

Eduardo Azeredo (PSDB-MG). No parecer, Cabral considera salutar inserir na Constituição a obrigatoriedade de o Estado promover programas de assistência integral à saúde do idoso.

Demostenes informou ter sido procurado por um grupo de juizes que lhe mostrou que a Constituição só confere

prioridade no atendimento às crianças e aos adolescentes.

Essa PEC resolve esse problema, regularizando o atendimento prioritário para os idosos – afirmou Demostenes.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), comunicou que a matéria irá agora ao Plenário, onde será discutida em primeiro turno.



AVANÇO Iniciativa de Demostenes Torres reforça direitos contidos no Estatuto do Idoso

Gerardo Magalhães



DENÚNCIAS Conforme o senador, prefeituras governistas receberam mais recursos que as de oposição

César Borges acusa governo de ajudar PT na campanha

O senador César Borges (PFL-BA) criticou ontem o comportamento do governo federal nas eleições municipais deste ano. Segundo César Borges, derrotado na disputa pela prefeitura de Salvador para o candidato do PDT, João Henrique, “o PT valeu-se dos mais inescrupulosos e desprezíveis métodos”.

– Uso da máquina administrativa, abuso do poder político, descumprimento da legislação eleitoral, intimidação e ameaça – ressaltou o parlamentar.

César Borges acusou o governo de transformar o Orçamento da União em instrumento político. Levantamento publicado pela *Folha de S. Paulo*, citado pelo senador, indica que as prefeituras governistas receberam cerca de quatro vezes mais recursos que os municípios dirigidos pela oposição.

– A cidade de Vitória da Conquista (BA), administrada pelo PT, obteve até o início de julho R\$ 12,5 milhões, mais recursos do que recebeu a cidade de Salvador – observou.

Além disso, a prefeitura de Salvador sofreu represálias do governo, expressas, segundo César Borges, no corte de empréstimo de US\$ 32 milhões do Banco Mundial e na falta de recursos para o metrô.

O senador disse que, “apesar das manobras”, o PT sofreu duras derrotas.

– Todas as imoralidades foram cometidas em nome da reeleição da prefeita Marta Suplicy, mas o povo escolheu a chapa PSDB/PFL – afirmou.

Ele recebeu a solidariedade dos pefelistas Heráclito Fortes (PI), Efraim Moraes (PB), Antonio Carlos Magalhães (BA), José Agripino (RN), Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Rodolpho Tourinho (BA).

Virgílio desafia governo a discutir agenda nacional

■ Líder do PSDB sugere debate com oposição sobre PPPs, autonomia do BC, Lei de Falências e reforma tributária

Afirmado que o PSDB saiu vitorioso das eleições municipais, o líder do partido no Senado, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que agora “é preciso voltar à velha cantilena”. Ele desafiou o governo, em discurso pronunciado ontem, a debater com a oposição as reformas estruturais de que o país necessita.

Arthur Virgílio quer uma discussão sobre as parcerias público-privadas (PPPs) a fim de que o Senado possa votar, com urgência, algo que sirva ao país, “desde que não abra espaço para negociata e para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Outro assunto que merece atenção, disse o senador, é a autonomia do Banco Central e o estabelecimento de



DISPOSIÇÃO Virgílio afirma que governo precisa sair do imobilismo e debater as reformas estruturais

marcos regulatórios capazes de atrair o capital estrangeiro. Em sua opinião, a proposta que se encontra na Câmara dos Deputados sobre essa matéria deve ser reformada. Ele incluiu ainda entre as prioridades a aprovação da Lei de Falências, da reforma tributária e da Lei de Biossegurança.

O líder do PSDB salientou que o governo tem de sair do imobilismo, parar de editar medidas provisórias e discutir

com a oposição as reformas estruturais que servirão para sustentar o crescimento.

– Se o presidente Lula pretende o bem do Brasil, tem que criar um clima de acordo nacional para se votar essas reformas sem a prepotência do salto 15 – observou, acrescentando que o ministro da Casa Civil, José Dirceu, “precisa recolher sua arrogância, parar com suas ameaças ao Congresso e com seu linguajar de esquina, que não compõem com a compostura de quem tem que lidar com um Congresso independente como o nosso”.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) se disse feliz em ver Arthur Virgílio disposto a debater uma agenda nacional. Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o PT está consciente de que não tem capacidade de governar sem a participação do PSDB, PFL e outros partidos. Já o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) considera que o governo terá de ter a humildade de reconhecer o papel da oposição.



TEORIA Para José Jorge, resultados do pleito derrubaram a tese de que Lula já estaria reeleito

José Jorge quer união das oposições para eleição de 2006

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que os resultados das eleições municipais deram um recado claro para os partidos de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. Para ele, as oposições precisam se unir e formar uma frente para ter mais candidaturas viáveis para concorrer à Presidência da República em 2006.

– As eleições municipais derrubaram a teoria de que o presidente já estaria reeleito. Precisamos criar uma frente política para que não tenhamos um partido hegemônico – afirmou.

José Jorge assinalou que o PT usou todas as armas de que dispunha, inclusive com a participação do presidente Lula, que foi multado em R\$ 50 mil, e a utilização da máquina governamental e, mesmo assim, foi derrotado nas maiores capitais. O senador elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral e comparou a velocidade dos resultados das eleições brasileiras com a das demoradas eleições norte-americanas. “Podemos nos orgulhar”, frisou.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que a grande vitoriosa foi a democracia.

– Espero que São Paulo continue tendo o mesmo tratamento que tinha com a prefeita Marta Suplicy – observou.

Conforme José Jorge, o Executivo terá que mudar a forma como se relaciona com o Congresso. Ele citou reportagem segundo a qual o governo estaria montando uma “operação adesão” para compor uma base confiável no Senado. “Para votar as matérias que lhe interessa, o governo só precisa mobilizar sua base para que esteja aqui para votar”, avaliou.

Agripino: eleitor não aceita radicalização

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse ontem da tribuna que o eleitor passou nas urnas “alguns recados” que devem ser examinados pelos políticos, especialmente pelo governo federal. O primeiro: a população quer o cumprimento das promessas de campanha eleitoral, como a criação de empregos e o fim da corrupção. O segundo recado, conforme Agripino, é que o eleitor não aceita radicalização e está se dirigindo para o centro político.

– O PT perdeu a prefeitura de São Paulo por causa da federalização da campanha por parte do Palácio do Planalto. Perdeu por causa da promessa de 10 milhões de empregos e da manutenção dos juros em nível escorchantes – afirmou. Para ele, o fato de nenhum partido ter obtido mais que 18% dos votos é uma comprovação de que o eleitor “procura o caminho do centro”.

Outro recado das urnas, continuou Agripino, foi dirigido ao PT.

– O eleitor não aceitou que alguém que se dizia guardião da moral e do padrão ético tenha se envolvido em casos como o do Waldomiro Diniz.

O senador propôs que o Congresso resolva de vez o problema da verticalização nas eleições – coligações estaduais teriam de obedecer às coligações dos partidos para lançamento de candidatos à Presidência da República.



RECADOS Agripino diz que população quer mais empregos

Pavan destaca avanço do PSDB catarinense

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou em Plenário ontem o avanço do PSDB no processo eleitoral em Santa Catarina. De acordo com planilhas elaboradas pelo partido, que comparam seu desempenho com o de outras legendas no período de 2000 a 2004, houve evolução expressiva em sua participação no produto interno bruto (PIB) catarinense e no quadro geral da população e do eleitorado do estado.

Em 2000, o PIB de Santa Catarina situava-se em R\$ 39,7 bilhões. Naquele ano, a relação PIB/partido reservava ao PSDB participação de 7,95%, elevada para 30,56% em 2004. Neste ano, a legenda elegeu prefeitos em municípios que respondem por 19,97% da riqueza catarinense (R\$ 1,2 bilhão).

Em relação à população de Santa Catarina (quase 5,7 milhões de habitantes), o PSDB conseguiu fazer prefeitos em municípios que reúnem 1,5 milhão de habitantes, o equivalente a 26,39% do eleitorado.

A preferência do partido pelo eleitorado catarinense, que beira os 4 milhões, chegou a 25,70% nas eleições municipais deste ano. Em todo o estado, ainda segundo o senador, mais de 1 milhão de eleitores ajudaram a eleger prefeitos tucanos.



EVOLUÇÃO Pavan: cresce a participação do partido no PIB



ATAQUE Estratégia equivocada é que motivou derrota de Marta nas eleições em São Paulo, diz Suplicy

Suplicy rejeita acusação de que teria levado Marta a perder prefeitura

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que é incorreta a avaliação do secretário municipal de Abastecimento e Projetos Especiais de São Paulo, Valdemir Garreta, de que ele, Suplicy, seria um dos maiores responsáveis pela derrota da prefeita Marta Suplicy. Ex-mulher do senador, Marta recebeu apoio do parlamentar durante toda a campanha, de acordo com o próprio Suplicy e senadores que comentaram o discurso em Plenário.

Garreta disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que Suplicy, após a separação do casal, ocorrida há três anos e meio, vem fazendo o papel de vítima, o que teria contribuído para dar à Marta a fama de uma pessoa insensível e arrogante. No entender de Suplicy, o que derrotou a prefeita foi a estratégia de atacar o candidato do PSDB, José Serra, em vez de priorizar a apresentação das realizações da prefeitura.

Garreta acusou Suplicy de só pensar no seu futuro político,

ao tentar angariar a simpatia e insistir em gravar depoimentos de apoio a Marta, fortalecendo a imagem de vítima.

Suplicy afirmou que Garreta e o marqueteiro Duda Mendonça é que solicitaram seus depoimentos. O parlamentar mencionou a cordialidade de suas relações com o atual marido de Marta, Luis Favre, de quem discorda politicamente. Favre, Garreta e Duda Mendonça teriam sido partidários dos ataques a José Serra.

– Talvez por gostar de brigas de galo, o Duda Mendonça era favorável às agressões – disse Eduardo Suplicy, que recebeu a solidariedade dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Efraim Moraes (PFL-PB). Tasso Jereissati lembrou o esforço de Suplicy em favor de empréstimo para a prefeitura de São Paulo que vinha enfrentando resistência no Senado.



PSDB Azeredo comemora eleição de José Serra, em São Paulo, e considera que partido sai fortalecido

Ideli: eleição municipal mostra crescimento do PT

Análise do resultado das eleições concluídas domingo aponta aprovação ao partido, avalia senadora

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), avaliou em Plenário na tarde de ontem dados da eleição municipal concluída domingo. Ela disse que os números indicam o crescimento de seu partido, mostrando que a legenda recebeu o maior número de votos entre todos os partidos que estiveram na disputa, contabilizando no primeiro e segundo turnos, 16,3 milhões e 6,9 milhões de votos, respectivamente.

Ainda de acordo com a senadora, o PT participou em 23 dos 44 municípios onde houve segundo turno, vencendo em 11. Já o PSDB disputou em 20 e venceu em nove. Ideli lembrou que ocorreram dez embates diretos envolvendo petistas e



EMBATE Ideli afirma que o PSDB foi derrotado pelo PT em seis das dez disputas diretas ocorridas nas eleições municipais

tucanos: o resultado foi seis a quatro para o partido do presidente Lula.

Ideli ressaltou também a boa *performance* do PT nas 96 maiores cidades do país, que contam com mais de 150 mil eleitores. Vinte e três delas serão administradas pelo partido e 19 ficarão a cargo do PSDB. Outro indicador levantado pela senadora diz respeito à reeleição. Ela afirmou que o PT

conseguiu reeleger 44% dos seus prefeitos; enquanto PFL, PSDB e PMDB ficaram com cerca de 32%.

Mas, conforme a própria senadora admitiu, houve reverses importantes, que fizeram o PT ceder ao PSDB o posto de partido com o maior número de eleitores governados.

– Sofremos derrotas eleitorais, mas não derrotas políticas – frisou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que os vencedores em cidades que eram governadas pelo PT mantenham os programas criados pelo partido. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu aos petistas que façam uma reflexão sobre a qualidade de suas vitórias. Segundo ele, em alguns municípios o partido ganhou com candidatos que não representam as idéias petistas. Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionou alguns dados apresentados por Ideli.



HOMENAGEM Hélio Costa congratula prefeitos eleitos para administrar cidades mineiras

Hélio Costa cumprimenta novos eleitos para prefeituras

Em nome do PMDB, o senador Hélio Costa (MG) homenageou ontem os prefeitos eleitos pelas cidades com mais de 200 mil eleitores que realizaram eleições domingo. Ele referiu-se especialmente ao segundo turno realizado nos municípios de Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia.

Hélio Costa mencionou, um a um, os novos prefeitos, começando pelo de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), eleito em primeiro turno, com 68% do apoio dos eleitores da capital.

Em Contagem, continuou, houve um pleito tranquilo, em que a escolhida foi Marília Campos (PT), primeira mulher prefeita da cidade.

Hélio Costa cumprimentou ainda o novo prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani (PTB), também apoiado pelo PMDB. Ele elogiou o prefeito eleito de Montes Claros, Athos Avelino, lançado pelo PPS.

Outro eleito cumprimentado por Hélio Costa foi o deputado federal Odelmo Leão (PP), de Uberlândia, que, embora tenha derrotado o candidato do PMDB, teve sua liderança reconhecida em Plenário pelo senador.

Azeredo festeja vitórias tucanas e parabeniza Justiça Eleitoral

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cumprimentou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo sucesso do processo eleitoral do segundo turno das eleições municipais em todo o país. Ele destacou em Plenário o avanço da tecnologia brasileira com as urnas eletrônicas e comemorou ainda a “vitória maiúscula” do PSDB, especialmente dos candidatos José Serra, em São Paulo, e Beto Richa, em Curitiba. Para o representante de Minas Gerais, o PSDB saiu fortalecido e demonstrou que é um partido forte também na oposição.

Azeredo apresentou também requerimento de pesar pela morte do conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) José Ferraz da Silva. Segundo informou o parlamentar, o conselheiro sofreu um mal súbito no último fim de semana, em sua propriedade rural no município de Itapeverica (MG). Azeredo lembrou que Ferraz já foi deputado estadual, chegando a presidir a assembléia legislativa, e secretário estadual de Ação Social em seu governo. Até 2001, o conselheiro presidiu o TCE-MG.

PT foi vitorioso também na região amazônica, diz Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) usou a tribuna para fazer uma análise dos resultados do PT nas eleições municipais. Na avaliação do parlamentar, embora tenha perdido espaço para partidos menores, e também para partidos consolidados como o PSDB e o PPS, no caso de São Paulo e Porto Alegre, a sigla registrou crescimento na região amazônica, com vitórias nas disputas pelas prefeituras de Rio Branco, Macapá, Porto Velho e Palmas.

Sibá comentou ainda o caso

da vitória do PT em Fortaleza, onde, lembrou, a candidata, Luizianne Lins, foi preterida em função de compromisso do partido assumido com o PCdoB local para o primeiro turno. Ele disse que a orientação da Executiva Nacional respeitou o acordo no primeiro turno, mas apoiou a candidata petista no segundo turno, do qual ela saiu vitoriosa.

Afirmou também que, mesmo derrotada, a prefeita Marta Suplicy se consolidou como liderança nacional.



DISPUTA Partido saiu fortalecido das eleições nas capitais da região amazônica, destaca Sibá Machado

– Quero parabenizar o presidente do partido, José Genoíno, que agiu democraticamente, comandando um partido que não é centralizador – ressaltou Sibá Machado.



PREOCUPAÇÃO Papaléo lembra que doença é uma das mais graves questões de saúde pública

Papaléo quer campanhas contra a osteoporose

Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a intensificação das campanhas oficiais de esclarecimento à população sobre os cuidados importantes para a redução da incidência de osteoporose. De acordo com o senador, a doença, resultante da perda gradual da substância óssea, é apontada como um dos maiores problemas de saúde pública e um dos mais importantes males associados ao envelhecimento.

Conforme Papaléo Paes, que também é médico, mulheres e idosos, que compõem o principal grupo de risco, podem beneficiar-se de medidas simples de prevenção, relacionadas à mudança de comportamento para evitar, por exemplo, o sedentarismo, o consumo de tabaco e de álcool em excesso, e dieta pobre em cálcio e vitamina D.

Entre os fatores genéticos que contribuem para o aparecimento da doença, segundo o parlamentar, estão o histórico familiar de osteoporose; a raça branca; a magreza excessiva ou a baixa estatura. Como fatores ginecológicos, o senador citou a menopausa precoce ou a realização de cirurgias para retirada de ovários ou de parte do útero, sem reposição hormonal.

Desemprego entre jovens é assustador, diz Eduardo

Com base no IBGE, senador afirma que problema deverá atingir 35,1 milhões de jovens no próximo ano

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) manifestou, ontem, sua preocupação com os dados sobre desemprego entre os jovens revelados na pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira", do Instituto Cidadania, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*. De acordo com o estudo, realizado com 3.050 jovens em 198 municípios, o índice de desemprego pode chegar a até 70% entre os brasileiros de 15 a 24 anos que residem nas periferias das grandes cidades.

– Esse dado é assustador – disse o parlamentar, acrescentando que, pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a



GRAVIDADE Segundo Eduardo, 22% dos adolescentes do país estão fora do mercado de trabalho

média de desemprego entre os jovens é superior a 22%. Conforme o senador, o IBGE estima que a população na faixa etária citada corresponderá a 35,1 milhões em 2005.

Eduardo lamentou essa realidade adversa, "agravada pelos baixos salários e pela informalidade amargados pelos jovens trabalhadores (60% dos entrevistados de 15 a 24 anos estão

no mercado informal)". O parlamentar observou que o Brasil é um dos poucos países com tantos jovens se preparando para o mercado de trabalho.

– Os próximos 20 anos serão decisivos para definir se o Brasil será um país mais rico ou mais pobre – assinalou.

ProUni

Após comentar a pesquisa sobre o desemprego entre os jovens brasileiros, Eduardo fez críticas à medida provisória (MP 213/04) que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). A iniciativa deverá ser gerida pelo Ministério da Educação e prevê a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50%) para cursos de graduação e seqüenciais em instituições privadas de ensino superior. O senador afirmou discordar da regra para concessão da bolsa integral, restrita a estudantes com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio.



PREVENÇÃO Lúcia Vânia defende o acesso de todas as mulheres ao exame de mamografia

Lúcia Vânia recomenda mobilização contra câncer

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que a sociedade se mobilize para garantir a todas as mulheres acima de 40 anos acesso a exame mamográfico periódico e de boa qualidade. Ela sugeriu ainda a aprovação de projeto de sua autoria fixando em 5 de fevereiro o Dia Nacional da Mamografia.

De acordo com a senadora, apesar de já existirem ações louváveis na luta contra o câncer de mama, é preciso maior concentração de esforços para a obtenção de melhores resultados. Em sua opinião, a criação do Dia Nacional da Mamografia serviria como catalisador das discussões e contribuiria para a conscientização da mulher nesse assunto.

Lúcia Vânia lembrou que, a cada ano, aumenta o surgimento de novos casos de câncer de mama e de óbitos entre mulheres no Brasil. Citando dados do Instituto Nacional do Câncer, ela afirmou que, no ano passado, as mortes chegaram a mais de 9 mil e os novos casos a quase 42 mil.

– São dados alarmantes que precisam ser analisados e pedem soluções urgentes – alertou a senadora, acrescentando que o Congresso Nacional precisa estar presente na luta contra essa doença.

Raupp: horário de verão dá mais prejuízo que lucro

Valdir Raupp (PMDB-RO) protestou contra o horário de verão, adotado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste desde o dia 2 e previsto para acabar em 20 de fevereiro. Para o senador, a medida traz "mais prejuízos que lucros". Entre esses prejuízos, citou o aumento da criminalidade e a apresentação de programas de TV inadequados para o horário de exibição.

Ele lembrou que seu estado passa a ter duas horas de diferença em relação ao restante do país, o que acarreta que as grandes redes de televisão sediadas no Sudeste transmitam às 20h programas considerados impróprios para exibição antes

das 22h. Segundo ele, a situação é ainda pior no Acre e na parte ocidental do Amazonas.

Raupp citou também afirmação do comandante da Polícia Militar de Goiás, para quem a criminalidade no estado aumenta em 30% no período em que é adotado o novo horário.

– Se a criminalidade aumenta em Goiás, com certeza ela também é maior nos outros estados brasileiros (que adotam o horário) – afirmou.

O senador lembrou ainda que diversas categorias de trabalhadores têm de acordar de madrugada para irem ao trabalho.

Raupp também protestou



EFEITO Valdir Raupp adverte para o aumento da criminalidade no país durante o período

contra o regimento do Senado, que permite aos parlamentares falarem da tribuna do Plenário por até 50 minutos, após a ordem do dia. Na presidência da sessão, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que a Mesa acolheria os dois protestos do senador por Rondônia.



REALIDADE Atividade sobrevive sem apoio do governo e da iniciativa privada, diz Fátima Cleide

Fátima Cleide propõe Dia do Teatro para a Infância e Juventude

Projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude já está sob a análise da Comissão de Educação (CE), onde será votado em decisão terminativa. A senadora propõe que a data seja comemorada anualmente no dia 20 de março, dia em que a Associação Internacional de

Teatro para a Infância e Juventude busca mobilizar todos os países para o tema.

Para Fátima Cleide, o teatro, "que tem sido uma das mais fortes expressões artísticas e vivenciais das diversas sociedades", é uma atividade que, no Brasil, sobrevive sem o devido apoio da iniciativa privada e do poder público. Na justificativa da proposta, ela explica

que, por estar sempre à mercê de problemas financeiros, o teatro tem dificuldades de crescimento.

– Ainda que o setor conte com dramaturgos, escritores, encenadores, músicos e diretores de grande talento, essa atividade não se tem revelado como auto-sustentável – destacou.

Na opinião de Fátima Cleide,

a instituição do Dia Nacional do Teatro propiciará maior interação entre artistas, empresários, público, patrocinadores, prefeituras e governos estaduais e federal, e dará continuidade à tradição do teatro infantil brasileiro.

A proposição (PLS 283/04) terá como relator na Comissão de Justiça o senador Aelton Freitas (PL-MG).

Senado doa dicionário impresso em braile

■ Entidades de apoio a deficientes visuais também recebem legislações editadas na linguagem dos cegos

Um pequeno dicionário da língua portuguesa, organizado pelo professor Joaquim Campelo Marques, vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, foi a atração dos títulos em braile doados ontem a quatro entidades que prestam apoio a deficientes visuais do Rio Grande do Sul. A solenidade de entrega dos livros impressos na linguagem dos cegos, realizada no estande do Senado na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, foi conduzida pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Segundo os parlamentares, a idéia da edição do dicionário em braile surgiu na versão do ano passado da feira de Porto Alegre. Tuma lembrou que, naquela ocasião, alguns portadores de deficiência visual pleitearam o dicionário, além de livros didáticos para crianças. Já Zambiasi afirmou que os gaúchos estão orgulhosos não apenas pela concretização do pedido mas, sobretudo, pela obra ter sido entregue pela primeira vez no estado.

Foram beneficiadas com os títulos as associações dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo e de Canoas, a União dos

Cegos do Rio Grande do Sul e o Instituto Santa Luzia. Tuma e Zambiasi entregaram o primeiro dos 18 volumes que integram o pequeno dicionário da língua portuguesa, que inclui cerca de 10 mil verbetes. Os livros restantes serão remetidos para cada uma dessas entidades via Correios.

As entidades também receberam as Constituições federal e do Rio Grande do Sul, os Estatutos da Pessoa Portadora de Deficiência e o da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o livro *Conselhos aos governantes*, a primeira obra literária impressa pelo Senado na linguagem braile.

Escola mista

Uma das entidades beneficiadas, o Instituto Santa Luzia, mantém escola de educação infantil, fundamental e média para cegos e não cegos. Segundo a diretora da instituição, irmã Apolônia Selhorst, do total de 843 alunos matriculados, 40 são deficientes visuais.

Tuma ressaltou que o presidente do Senado, José Sarney, e a Mesa da Casa têm incentivado as publicações em braile e informou que o Senado estuda a possibilidade de modernizar impressoras em braile.

Zambiasi disse que a entrega de publicações em linguagem dos cegos é uma forma de inclusão social e cultural.



SATISFAÇÃO Zambiasi (D) e Tuma (de terno) em solenidade de entrega dos títulos na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre

Paim lança livro na feira de Porto Alegre

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou em Plenário que lançará no sábado, às 15h30, um livro de poesias na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, intitulado *Cumplicidade*. A publicação é prefaciada pelo senador José Sarney, presidente do Senado e membro da Academia Brasileira de Letras.

Dizendo-se poeta bissexto, Paim trata em sua

obra da “vida sofrida da classe trabalhadora brasileira” e dos excluídos, especialmente negros, índios e idosos.

A feira de Porto Alegre ocupa uma área de 11 mil metros quadrados e vai se estender até o dia 15 deste mês, promovendo 730 sessões de autógrafos, 45 oficinas, 142 expositores, 60 autores nacionais, 210 gaúchos e seis estrangeiros.

Crivella propõe plano de desenvolvimento do gás

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto que cria o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, que estabelecerá diretrizes e metas para períodos de dez anos, com atualizações a cada três anos (PLS 101/04). O projeto, segundo Crivella, deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética, que fará avaliações semestrais de sua execução. A matéria complementa a Lei 9.478/97, que trata da Política Energética Nacional.



MARCELO CRIVELLA

Entre os objetivos do plano estão o atendimento às necessidades de curto prazo do setor energético, prevenindo déficits de energia; às necessidades de médio e longo prazos, “considerando-se o crescimento da economia, a preservação dos níveis de emprego e o crescimento vegetativo da população”; e às necessidades de transparência nas ações do governo.

O projeto está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e tem como relator o senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Jucá elogia Confederação Nacional do Comércio

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a atuação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que há quase 59 anos representa essa importante parcela da economia brasileira, conforme destacou. Jucá parabenizou a CNC pela seriedade e transparência com que representa comerciantes de todos os setores.

– A Confederação Nacional do Comércio vem há quase seis décadas realizando extraordinário trabalho no cumprimento de sua missão de representar no plano nacional os direitos e interesses das empresas brasileiras do comércio de bens e serviços – salientou.

O parlamentar lembrou que a CNC defende a liberdade de iniciativa, a economia formal e a legitimidade da representação empresarial, organizada em sindicatos livres. Também luta pelo esforço conjunto das pequenas empresas em desburocratizar os trâmites para criação de empresas e a simplificação do sistema tributário.



ROMERO JUCÁ

Teotonio vê descaso do governo com a cultura

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) lamentou o baixo nível de investimento do governo federal na cultura. Em favor de seu argumento, ele citou frase atribuída ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, segundo a qual o Poder Executivo estaria “se omitindo” de seu papel de investir no setor.

Publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, a observação de Gil teria sido feita durante reunião na Comissão de Educação.

– A matéria mostra o descaso do governo com a cultura – afirmou o senador.

Teotonio lembrou ainda publicação pelo *O Jornal*, de Maceió (AL), de artigo de sua autoria a respeito de pronunciamento feito na Organização das Nações Unidas (ONU) pelo presidente Lula. Conforme o senador, Lula insistiu na criação de um fundo mundial para combate à fome, mas os Estados Unidos se posicionaram contrariamente à idéia. “Provavelmente por terem conhecimento do grande fiasco em que se transformou o Fome Zero brasileiro”, observou.



TEOTONIO VILELA

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Heráclito Fortes e Marcelo Crivella